

ATA N.º 6/2016

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA
SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016:

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, no Salão Polivalente do Jardim Infantil de Ferrel, sito na Rua do Jardim Infantil, na vila e freguesia de Ferrel, concelho de Peniche, com a participação dos senhores Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Paulo Jorge Leal Rodrigues (PSD), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores António Manuel Prioste Salvador (PSD), Silvino Doirado Conceição João (PS), Henrique Bertino Batista Antunes (CDU) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, Ferrel e Peniche e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, respetivamente, e dos senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Ademar Vala Marques (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS), José António Bombas Amador (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), José António Leitão da Silva (PSD), Vítor Manuel Farricha Mamede (PS), Arminda da Glória Félix Martins Braz (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Licínio Pereira (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Laura Maria Gomes Silvério Ganhão (PSD) e Humberto Manuel Costa Ferreira (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação da informação trimestral sobre a execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);

3) Apreciação do Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas sobre a atividade do Município no primeiro semestre do ano 2016;

4) Apreciação do Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas sobre a atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche no primeiro semestre do ano 2016;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2016;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao

Orçamento Participativo;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de um empréstimo para financiamento da construção do Centro Escolar de Atougua da Baleia;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de um empréstimo para financiamento das obras de infraestruturas para um loteamento municipal, em Atougua da Baleia;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2017;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2017;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2017;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Programa de Ações Específicas;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para apoio financeiro à Freguesia de Ferrel;

14) Nomeação de um representante da Assembleia Municipal de Peniche para a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pela senhora Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e quarenta minutos, encontrando-se na sala vinte e dois dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor João Manuel de Jesus Gomes (PS) compareceu no decurso da reunião, quando decorria o período de prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia encontrava-se a substituir o senhor presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Laura Maria Gomes Silvério Ganhão (PSD) e Humberto Manuel Costa Ferreira (PS) encontrava-se a substituir os senhores Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Ana Cristina Maia da Costa (CDU), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Célia Sousa Martins (PSD) e Anabela Correia Dias (PS), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. A senhora Inês Fitas Cação (CDU), por ser o membro que se seguia na respetiva lista, também comunicou a sua ausência.

Não compareceram à reunião os senhores Carlos Nicandro Bastos Jesus (CDU) e Natália Susana Colaço Rocha (PS).

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Ferreira Sousa Correia Santos (CDU), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS),

Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Sofia Cecílio Barradas (PSD), esta última em substituição do senhor André Sebastião da Silva Cardoso.

A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro.

A senhora Presidente da Mesa saudou a população da vila de Ferrel e agradeceu à Freguesia de Ferrel o apoio logístico prestado para a realização desta sessão da Assembleia Municipal e à Associação Jardim Infantil de Ferrel a disponibilização das suas instalações.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João, deu as boas vindas aos restantes membros da Assembleia Municipal de Peniche e aos membros da Câmara Municipal e saudou a iniciativa de se realizar uma sessão da Assembleia Municipal de Peniche na vila de Ferrel.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 5/2016, respeitante à sessão ordinária do mês de junho, realizada no dia 24 de junho de 2016, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 17 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na sessão a que ela respeita, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A senhora Presidente da Mesa deu conhecimento de que o expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal se encontrava disponível para consulta, na plataforma digital destinada aos documentos referentes às sessões da Assembleia Municipal, dispensando-se, por isso, a sua leitura.

Não se registou qualquer intervenção.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu as palavras de boas-vindas do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel e disse que é com grande satisfação que a Assembleia Municipal de Peniche volta a Ferrel, passados dois anos e três meses desde a última sessão deste órgão municipal realizada nesta vila.

Felicitou a senhora Presidente da Mesa pela continuação da rotatividade das sessões da Assembleia Municipal pelas freguesias do concelho.

Agradeceu a hospitalidade da Associação Jardim Infantil de Ferrel, na pessoa do senhor Joaquim Jorge. Referiu que o Partido Social Democrata teve a oportunidade e o privilégio de visitar as instalações desta instituição e de verificar a sua vitalidade diária. Felicitou os órgãos sociais da Associação Jardim Infantil de Ferrel e toda a equipa de colaboradores pela obra desenvolvida.

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto:

«Um voto de louvor às organizações das festas de verão do nosso concelho. Acho que tivemos um verão excepcional, não só de temperatura e de falta de vento, que é uma coisa rara no nosso concelho, esteve de facto um verão excepcional, mas as organizações das festas fizeram um trabalho incrível a preparar as festas, quer a de Peniche, quer a de Ferrel, quer a de Atouguia da Baleia, quer a do Lugar da Estrada. Todas merecem os parabéns e julgo que a Assembleia se deveria juntar e associar à congratulação pelo sucesso das festas de verão.»

Como introdução à moção que iria apresentar, disse que:

Ouviu, ao longo destes anos, o senhor Presidente da Câmara reiterar o empenho da presidência da Câmara Municipal na construção de uma unidade hoteleira na Fortaleza de Peniche, um projeto que vem do tempo em que o senhor Jorge Gonçalves era Presidente da Câmara Municipal de Peniche.

Hoje, de manhã, ouviu o senhor Presidente da Câmara dizer na emissora radiofónica TSF que a Oeste nada de novo e que a presidência da Câmara Municipal de Peniche mantinha a sua posição sobre a Fortaleza de Peniche, que está a coberto de uma decisão anterior.

Ouviu, também, no mesmo fórum TSF, um Conselheiro de Estado, que merece o maior respeito, até pelo sofrimento pessoal que teve na prisão de Peniche, a apelar a uma insurreição nacional contra a instalação de uma unidade hoteleira na Fortaleza de Peniche.

Ouviu, ainda, um outro membro do Comité Central do Partido Comunista Português manifestar-se veementemente contra a possibilidade de concessão da Fortaleza de Peniche.

Os membros da Assembleia Municipal, como legítimos representantes da população de Peniche, devem tomar uma posição muito clara num assunto que é do interesse municipal mais puro, de defesa desta possibilidade que o Governo da República abriu de concessionar a Fortaleza de Peniche.

A Assembleia Municipal de Peniche deve tomar uma posição inequívoca de apoio à decisão que o Governo da República tomou, que foi consensualizada pela Câmara Municipal de Peniche, com o apoio das três forças políticas representadas nos órgãos do

Município.

Não pode haver dúvidas quanto ao entusiasmo das forças políticas locais quanto à possibilidade de concessão da Fortaleza de Peniche.

Em nome do grupo do Partido Social Democrata vai ler o texto de uma moção de apoio que julga corresponder ao que todas as forças políticas disseram sobre o assunto.

Julga importante que saia desta Assembleia Municipal uma posição inequívoca de apoio à instalação de uma unidade hoteleira na Fortaleza de Peniche.

Leu a moção que a seguir se transcreve:

«Moção de Apoio – Concessão da Fortaleza de Peniche

O restauro, a valorização e a recuperação da dignidade da Fortaleza de Peniche deve ser uma prioridade do Município de Peniche, pela sua importância na história local e nacional e pelo centralismo que ocupa na cidade.

Considerando:

1. Que o Governo anunciou recentemente a intenção de incluir a Fortaleza de Peniche na lista dos imóveis históricos a concessionar para fins turísticos;

2. Que, nas dificuldades orçamentais presentes e previsíveis para o futuro, o Estado não tem meios para assegurar a recuperação do vasto património do nosso País e, em concreto, da Fortaleza de Peniche, e que o Município também não tem meios para se substituir nessa tarefa;

3. Que esta constitui uma oportunidade única de os privados recorrerem a fundos que permitam a recuperação deste monumento emblemático da nossa cidade, que a nossa cidade não pode desperdiçar;

4. Que há cerca de 15 anos que esta concessão está em cima da mesa, com o grupo Pestana a não avançar com a construção de uma Pousada de Portugal, nomeadamente por dúvidas quanto à sua sustentabilidade nos moldes acordados;

5. Que é possível a compatibilização de uma unidade hoteleira com a preservação da memória deste monumento, que inclui séculos como ponto nevrálgico de defesa da nossa costa e décadas sombrias como prisão política;

6. Que não podem restar dúvidas quanto ao entusiasmo das forças políticas locais com este projeto, sob pena de qualquer indecisão vir a afastar os potenciais investidores;

A Assembleia Municipal de Peniche, reunida na vila de Ferrel, em 30 de setembro de 2016:

A. Declara o seu apoio inequívoco à intenção do Governo de concessionar a Fortaleza de Peniche à utilização privada;

B. Exorta o Governo a encontrar, no caderno de encargos, um equilíbrio que permita a manutenção da memória histórica da Fortaleza mas que não comprometa a viabilidade económica do investimento a realizar;

C. Exorta ao diálogo futuro que permita encontrar uma solução de gestão partilhada, com responsabilidades partilhadas, entre o concessionário e o Município de Peniche, da Fortaleza de Peniche.»

Américo Gonçalves (PS):

Leu a moção que a seguir se transcreve:

«A Câmara Municipal de Peniche celebrou em 12 de julho de 2002 com a Direção Geral do Património e a Enatur um protocolo cujo objetivo era a construção por parte da Enatur de uma Pousada na Fortaleza de Peniche.

A aprovação e assinatura deste Protocolo teve o apoio unânime das forças políticas que constituíam o executivo da Câmara Municipal, tendo em conta a salvaguarda da história da

Fortaleza de Peniche e mais especificamente do período em que funcionou como prisão política do Estado Novo.

Os órgãos representativos da população do Concelho de Peniche, ao longo do tempo, sempre reafirmaram a sua vontade na preservação da memória da luta antifascista e o respeito pelos que se viram privados da sua liberdade para que o regime ditatorial do Estado Novo fosse derrubado, dando lugar a um Estado de Direito na defesa do primado das liberdades individuais e coletivas. A população de Peniche não esqueceu nem esquecerá essa luta e a homenagem que é devida a todos aqueles que nela participaram.

O Partido Socialista sempre entendeu que é possível a defesa dessa memória e a utilização de parte do espaço da Fortaleza de Peniche para fins turísticos com a construção de uma Pousada como está previsto no Protocolo de 2002.

É importante para a população de Peniche que assim seja. Porque é necessário que qualquer utilização do espaço da Fortaleza constitua uma garantia futura da manutenção e conservação deste monumento classificado, situação que o Estado tem demonstrado não ser capaz de fazer e muito menos a Câmara Municipal que não dispõe de meios financeiros para o efeito.

Por outro lado, a Fortaleza de Peniche pode e deve alavancar um projeto económico que contribua para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população do concelho de Peniche, promovendo o emprego e qualificando Peniche como destino turístico.

Ao longo de catorze anos de vida do referido protocolo, assinado em 2002, não foi possível por razões várias a sua concretização.

O atual Governo numa iniciativa que é já publicamente conhecida, pretende disponibilizar em regime de concessão diversos edifícios e monumentos públicos a privados para a sua exploração onde se inclui a Fortaleza de Peniche.

O Governo previamente a tal decisão e anúncio pretendeu que a posição da Câmara Municipal de Peniche fosse determinante para essa decisão. Assim, em reunião efetuada no passado mês de agosto com a Senhora Secretária de Estado do Turismo realizada em Lisboa, a Câmara Municipal representada pelo Sr. Presidente da Câmara António José Correia (CDU), vice-presidente Jorge Amador (CDU), Vereador Jorge Gonçalves (PS) e Vereador Filipe Sales (PSD), manifestou o desejo e deu o seu acordo por unanimidade à integração da Fortaleza de Peniche no programa que o Governo agora anunciou.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche, propõe:

Que a Assembleia Municipal de Peniche delibere manifestar à Câmara Municipal todo o seu apoio à decisão por ela tomada, de concordância com a integração da Fortaleza de Peniche na lista de imóveis a concessionar a investidores privados para fins turísticos.

Peniche, 30 de setembro de 2016.

Os deputados municipais do Partido Socialista»

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Considerando o teor semelhante das duas moções, perguntou se haveria a possibilidade de as juntar num único texto.

Ademar Marques (PSD):

Disse que considera que as duas moções apresentadas têm um teor complementar, porque uma manifesta o apoio à Câmara Municipal e a outra manifesta o apoio ao Governo da República. Acrescentou que as duas moções podem ser aprovadas e depois conjugadas num único texto.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Esta situação o apanhou completamente de surpresa.

Não o espanta, pelo contrário, subscreve a necessidade de se criarem condições para que um investimento privado permita a recuperação da Fortaleza de Peniche, sobretudo preservando a memória.

A sua surpresa não foi por se falar em investimento privado, mas porque não sabe em que condições é que os espaços públicos vão ser concedidos aos privados.

O que sabe é que haveria uma lista de espaços de interesse público que seriam entregues para a exploração por privados.

Não quer pôr em causa a atenção que merece este assunto aos membros da Câmara Municipal que participaram na reunião com a senhora Secretária de Estado do Turismo, mas, conhecendo os meandros destes anúncios, confessa que fica um pouco apreensivo por não saber até onde é que vai esta entrega aos privados da exploração da Fortaleza de Peniche, considerando a sua natureza.

Quer acreditar que vai haver capacidade negocial para garantir que a memória é respeitada e preservada, mas confessa que, sendo esta uma solução possível, deveria estar balizada e suportada já num conjunto mais objetivo de condições de concessão.

Manifesta a sua preocupação, que, obviamente, não invalida que haja um aspeto muito positivo nesta proposta, mas quer dizer, desde já, que a proposta não o deixa tranquilo, enquanto munícipe e enquanto defensor de que há uma parte da memória que tem de ser preservada, porque sabe que as lógicas lucrativas, muitas vezes, colidem com estes espaços.

Apesar de não obstaculizar estas moções, aliás, concorda, na generalidade, com o seu conteúdo, não pode deixar de manifestar a sua apreensão, porque não chega dizer que vamos entregar, é preciso que, quando se entregar, se garanta, à partida, outro conjunto de questões.

Ficará atento aos desenvolvimentos desta matéria.

Sabendo ele que, provavelmente, não haverá outros caminhos para recuperar a Fortaleza de Peniche, pelo grande investimento que exige, não está certo da bondade dos investidores privados para preservarem a memória, não indo mais longe com o seu projeto turístico, porque, para alguns, a memória será menos importante do que é para ele.

Esta é uma intervenção pessoal e não representativa da bancada da Coligação Democrática Unitária, pelo que pede à Mesa que, antes da votação das moções, haja um pequeno intervalo.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

É um prazer estar em Ferrel e agradeceu aos senhores Joaquim Jorge e Silvino João e à restante população de Ferrel por receberem a Assembleia Municipal de Peniche.

Estava longe de imaginar que vinha para Ferrel e que o primeiro assunto a ser discutido era a Fortaleza de Peniche.

Ficou estupefacto por ter tido conhecimento deste assunto pelo jornal *Correio da Manhã*.

Ficou também estupefacto com estas duas moções, porque sempre se habituou a ouvir que a utilização da Fortaleza de Peniche por privados seria num contexto diferente, pelo menos sempre entendeu assim.

A questão que se coloca é que ele pensava que a Fortaleza de Peniche era um património mais de Peniche do que do Estado Português, depois do fascismo, sempre entendeu aquele espaço como um local de liberdade, depois da opressão de muitos anos.

Nos últimos anos, com os projetos, com as promessas, com as incapacidades que foram surgindo, entendeu que uma parte da Fortaleza de Peniche poderia ser utilizada por privados, e essa situação não era o que mais o horrorizava.

A degradação daquele edifício, a falta de vontade e a falta de sensibilidade também é de Peniche, porque não acredita que não haveria o mínimo de condições para preservar partes do edifício e não estar à espera do dinheiro do Estado.

É defensor de que a Fortaleza de Peniche seja gerida pelo Município de Peniche, que se discuta a eventualidade de ser utilizada para outros fins e que se definam, muito bem, quais os espaços e as responsabilidades de cada um.

Há uns anos, tinha a esperança de que a Fortaleza de Peniche pudesse vir a ser o grande museu de Peniche, com a componente de resistência, que traz muitas pessoas a Peniche, provavelmente mais do que as que estão registadas no acesso à Fortaleza, e haver também os museus das pescas, das conservas, da construção naval, das rendas e da história de Peniche em geral.

Não irá votar favoravelmente qualquer uma das moções.

Peniche tem capacidade, se tiver vontade e sensibilidade, para gerir o espaço com as componentes que entender.

Não pode votar uma moção sem saber o que vai acontecer na Fortaleza de Peniche, para não arriscar a que aconteça o mesmo que aconteceu com a empresa Estaleiros Navais de Peniche, S.A., em que toda a gente estava otimista, queriam alargar o espaço dos estaleiros navais e deram-se todas as facilidades.

Isto acontece esporadicamente, é um ciclo que, de vez em quando, acontece em Peniche, há uma precipitação sobre um certo caminho e ninguém pensa.

Não considera que este assunto seja assim tão premente que se tenha de tomar uma posição imediata. Sabe que é uma questão política.

Achava muito interessante que a Assembleia Municipal estivesse a discutir e a propor uma reunião temática, que espelhasse o que é a Fortaleza de Peniche, que se fizesse uma visita guiada, que se trocassem impressões, sem precipitações.

Nunca tinha pensado no assunto desta forma, mas ao contrário, ou seja, a fortaleza é um património de Peniche e a estrutura seria rentabilizada financeiramente.

Não sabe quanto custa o acesso à Fortaleza de Peniche, mas essa receita poderia permitir outro tipo de investimentos.

Existe alguma degradação, mas será que a recuperação da Fortaleza de Peniche exige assim tanto dinheiro que assuste toda a gente? Se calhar, não existe a noção do valor em causa. Porque não se analisa a questão com tempo e conscientemente?

Sentir-se-ia mal por votar um assunto sem o conhecer bem, só para marcar posição política e dizer “sim senhor” aos representantes da Câmara Municipal de Peniche, que foram falar com senhora Secretária de Estado do Turismo, não sabe há quanto tempo, e que agora se tem conhecimento, porque saiu no jornal, pelo menos no

que a si diz respeito.

Existem tantas coisas para discutir e existe oportunidade para as aprofundar.

Esta situação incomoda-o, mas não é por uma questão ideológica. Incomoda-o porque se trata de um património que é de Peniche e os penicheiros são incompetentes para a sua gestão.

José Leitão (PSD):

Saudou os responsáveis e representantes das instituições da freguesia de Ferrel.

Disse que:

Não foi apanhado de surpresa sobre o tema, mas não esteve presente na reunião do seu partido para preparação desta sessão da Assembleia Municipal, pelo que não sabia que o Partido Social Democrata ia apresentar esta moção, mas leu os jornais e tencionava abordar o assunto nesta sessão da Assembleia Municipal.

A utilização e o não abandono da Fortaleza de Peniche é anterior à presidência do senhor Jorge Gonçalves na Câmara Municipal de Peniche.

Recorda-se de presidentes anteriores ao senhor Jorge Gonçalves que tiveram projetos com a Pousadas de Portugal, em que a primeira fase era a recuperação da pousada na Berlenga, que encerraria o mês de janeiro e faria ligação a Santa Cruz, por via aérea, e que a fortaleza em terra seria a segunda fase a complementar o projeto de ligação dos dois espaços.

Não é um assunto tão recente como possa parecer, é uma vontade que é transversal a muitos presidentes da Câmara Municipal de Peniche, de diversos partidos.

Relativamente aos receios que ouviu agora, por não saberem o que os privados irão fazer, não é um defensor ferrenho do atual Governo da República, mas não vai pensar que a sua incapacidade de gerir o património do nosso país é de tal ordem que dessem a Fortaleza de Peniche aos bandidos, não quer, com o devido respeito, pensar que o atual Governo da República fosse capaz de fazer isso.

Um dos jornais que refere o assunto diz o seguinte: “Forte de Peniche e Pavilhões Termas das Caldas podem ser concessionados a privados – No caso dos Pavilhões do parque D. Carlos I, já foi assinado um memorando entre o Turismo de Portugal, a Direção Geral do Património Cultural, Direção Regional de Cultura do Centro, Direção Geral do Tesouro e Finanças e a Câmara Municipal das Caldas da Rainha.”

Quando se fala na reabilitação e exploração de trinta monumentos, entre os quais está a Fortaleza de Peniche, naturalmente que se pressupõe que os responsáveis locais e nacionais sejam capazes de encontrar soluções de garantir aquilo que todos defendem, que é a dignificação da Fortaleza de Peniche, mas todos têm contribuído para que ela não seja digna.

É necessário que se encontrem os meios necessários para que a Fortaleza de Peniche seja um espaço digno, tenha memória, seja vivo e seja agradável de ser visitado. Atualmente nenhuma destas premissas está salvaguardada naquele espaço.

Deve encontrar-se uma solução, independentemente do governo ou da câmara municipal, com ou sem privados, e é um caminho que se deve começar já a percorrer.

Os privados são associados a este projeto porque são eles que criam emprego, que fazem obra, que recuperam coisas. Só quem não corre o país todo é que não vê muitos equipamentos públicos a serem explorados por privados, naturalmente por contrapartida.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente à intervenção do senhor Rogério Cação, quer o senhor Presidente da Câmara quer a senhora Diretora da Direção Geral do Património Cultural, disseram que o que vai acontecer é uma compatibilização da memória da Fortaleza de Peniche, enquanto edifício histórico, com a utilização privada, e essa foi sempre a premissa que esteve presente desde o início.

Não foi apanhado de surpresa, porque falou com o senhor Vereador Filipe Sales, antes e depois da reunião, e sabia o que tinha sido discutido. O que lhe parece natural, porque os partidos servem exatamente para se discutirem os assuntos.

A questão fundamental é se se quer, ou não, que aquele espaço seja recuperado, sabendo que, num horizonte próximo, não haverá possibilidade de o Estado ou o Município arranjar uns milhões de euros para recuperar a Fortaleza de Peniche.

Em diversas sessões da Assembleia Municipal, ele referiu que o Município tinha de recuperar património, porque o Estado não o faria, e esta é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. O Estado está a abrir uma linha de crédito, para utilização por um privado, para recuperar a Fortaleza de Peniche. Houvesse a sorte de haver linhas de crédito para utilização do Município para recuperação da muralha, uma vez que não existe uma utilização privada que justifique o investimento.

Existe um investimento possível, existe uma contrapartida, que é a recuperação do património, e há, obviamente, uma gestão do espaço, que tem de ser partilhada e que tem de salvaguardar os interesses das várias partes.

A Cidadela de Cascais é um exemplo de uma gestão tripartida, entre o Município de Cascais, o Grupo Pestana e a Presidência da República, estando o edifício aberto ao público.

Américo Gonçalves (PS):

Disse que:

Não sabe se é por o senhor Presidente da Câmara se mexer muito bem nos média, e porque hoje haveria Assembleia Municipal, que o senhor Presidente da Câmara fez uma entrevista local, na Fortaleza de Peniche, para o telejornal da SIC.

Parece-lhe que, desde que a Coligação Democrática Unitária está na presidência da Câmara Municipal, há onze anos, toda a gente tem concordado com o que está escrito na moção.

Os privados não são papões e, o senhor Henrique Bertino vai perdoar-lhe, mas, durante onze anos, não o viu fazer nenhuma proposta para aquele espaço, o que viu foi tentar fazer-se o que está incluído nestas duas propostas, ou seja, negociar-se com alguém que arranje dinheiro para recuperar a Fortaleza de Peniche, para que não aconteça o que acontece com a Pousada de São João Batista, da ilha da Berlenga, que é dos “amigos da Berlenga”, ninguém lá pode fazer nada. Discorda que a Pousada de São João Batista esteja entregue a um grupo, não obstante ser um grupo estatutariamente legal, porque até foi publicado em Diário da República, e pergunta-se como é que neste país se entrega uma pousada, que também é património nacional, a um grupo de pessoas.

Vítor Mamede (PS):

Disse que:

As preocupações que foram expressadas são legítimas, de qualquer modo, lembra que existe um protocolo, assinado entre o Município de Peniche, a Enatur - Empresa Nacional de Turismo, S.A. e o Governo da República, que pode ser uma base de trabalho para o que se vai seguir.

Acha importante este tipo de concessão, porque se, por um lado, os privados têm capacidade para mobilizar fundos comunitários, que o Governo da República não tem, é uma forma de entrarem fundos para permitir a recuperação daquele espaço, por outro lado, se se cumprirem algumas das coisas que estavam pensadas, há uns anos, inclusivamente já existiu uma maquete de aproveitamento da Fortaleza de Peniche, e, se se pensar nisso, será uma pousada que irá qualificar Peniche do ponto de vista turístico. Não só se recupera o monumento, como se qualifica Peniche do ponto de vista turístico, o que tem todo o interesse.

De facto, todos têm de ter muito cuidado com o que se vai negociar.

Também defende que existem coisas que têm de ser preservadas, e todos têm de fazer força para que isso seja garantido.

Pedia ao senhor Presidente da Câmara, que tem mais conhecimento do que foi tratado na reunião com a senhora Secretária de Estado do Turismo, para esclarecer a Assembleia Municipal sobre este assunto.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Não tem medo dos privados e até é empresário.

Há bons e maus empresários, há bons e maus trabalhadores, em todo o lado há bons e maus.

Gostava é que as coisas fossem devidamente esclarecidas, mas não estão esclarecidas.

Como referiu o senhor Vítor Mamede, gostava que se agarrasse no protocolo e se verificasse se é o que se pretende, quais são as áreas, o que se pretende para o resto do edifício, se os serviços que lá estão instalados se manterão.

O debate temático que referiu na sua intervenção anterior deveria ter acontecido há um mês, após a reunião.

A sua surpresa foi de ver o assunto na rua sem ter havido a oportunidade de debater o assunto.

Ficou muito chocado e incomodado, no dia 25 de abril, ao ver o estado em que estava o Pátio da Cisterna, na Fortaleza de Peniche. Se ele estivesse no executivo do Município dificilmente aquele espaço estaria assim. Assume esta crítica aos seus colegas que estão na Câmara Municipal.

Mais chocado fica quando os assuntos aparecem como uma inevitabilidade. Não existe pressa nenhuma, deve fazer-se pressão, mas primeiro a Assembleia Municipal deve debater o assunto e, evidentemente, não têm de estar todos de acordo, mas o debate será propício ao aparecimento de melhores propostas.

Quando os assuntos são discutidos democraticamente, com respeito mútuo, poderá constituir-se um melhor projeto com o contributo de todos.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Pedi que não se fizesse da apreciação das duas moções uma sessão temática da Assembleia Municipal, porque haverá a oportunidade de se realizar uma sessão temática e este será um dos assuntos a debater.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Regista, sempre com agrado, a ironia do senhor José Leitão. O senhor José Leitão sabe que ele conhece bem a Fortaleza de Peniche e já foi responsável por aquele espaço, embora efemeramente, e não vê malvadez no investimento privado.

Limitou-se a manifestar preocupações provavelmente por uma dimensão de conhecimento que ele não tem e acha que deveria ter.

Solicitou à Mesa que se realize um pequeno intervalo.

José Amador (CDU):

Disse que:

Leu no jornal uma notícia que diz que edifícios históricos ao abandono têm nova vida. Que ele saiba, a Fortaleza de Peniche não está ao abandono, pode não ser o mais belo dos mundos, mas alberga um museu e é visitada por muita gente.

Sem saber, concretamente, qual é a finalidade que o Governo da República pretende para a Fortaleza de Peniche, o que gostava de saber, mas não sabe, vê-se na obrigação de votar contra estas duas moções que foram apresentadas.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Substantivamente, o que está em cima da mesa, relativamente ao programa Revive, é o mesmo que relativamente ao protocolo, e aos pressupostos que foram sendo tidos em conta, por todas as forças políticas, que é a de uma parte da Fortaleza de Peniche poder vir a ser concessionada.

Existe um grande equívoco, ao nível comunicacional, que terá gerado esta situação.

O programa Revive pode ser consultado no sítio do Turismo de Portugal, I.P. em <http://revive.turismodeportugal.pt/>, e, relativamente à Fortaleza de Peniche (<http://revive.turismodeportugal.pt/en/node/22>), diz que “funcionalmente, as duas alas passíveis de nova afetação de uso são iguais e de estrutura funcional simples (corredor e celas). Construtivamente, os edifícios apresentam estrutura de betão armado”, etc. Portanto, o objeto desta concessão está explícito.

Os quatro membros da Câmara Municipal que estiveram na reunião com a senhora Secretária de Estado do Turismo colocaram previamente uma questão, que tinha a ver com os espaços que estão a ser utilizados pelo Município e a preservação da memória, que é um objetivo que todos pretendem salvaguardar.

Ficou ainda definido que, a exemplo do que tem acontecido com outras situações, irá ser elaborado um caderno de encargos e um protocolo ou memorando de entendimento, para que o assunto seja analisado e votado pelos órgãos democraticamente eleitos.

Por unanimidade, os quatro representantes da Câmara Municipal, na reunião com a senhora Secretária de Estado do Turismo, decidiram dar continuidade ao que,

substantivamente, já estava colocado.

Terá uma reunião, na próxima terça-feira, com a Direção Geral do Património Cultural e com o Turismo de Portugal, I.P. para se começarem a preparar as bases, que, sem dúvida nenhuma, serão de gestão partilhada.

Hoje, entendeu, tal como a senhora Diretora Geral do Património Cultural, trazer o contributo do senhor arquiteto Álvaro Siza Vieira já deu, que interpreta a ligação entre as diferentes funções instaladas e a instalar na Fortaleza de Peniche.

Não existe qualquer documento assinado. Existe uma questão colocada para se desenvolver e, só nessa altura, haverá legitimidade de todos para desenvolver o processo.

Como é evidente, tal como o protocolo assinado pelo senhor Jorge Gonçalves, enquanto presidente da Câmara Municipal de Peniche, colocava um conjunto de investimentos que são necessários fazer, há investimentos ao nível de acessibilidades, tratamento de conteúdos que é a forma que poderá ser trabalhada.

A Câmara Municipal, em 2008 ou 2009, apreciou o mapa de afetação das áreas da Fortaleza de Peniche e, neste contexto, a área total utilizada como museu é de 4975 m², a área de acesso condicionado será de 4112 m², o que totaliza 9091 m² geridos pelo Município, a área a afetar à concessão será de 5998 m² e a área de circulação livre será de 5033 m².

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Este é um assunto que também a toca, como por certo toca a todos, por se tratar da Fortaleza de Peniche.

Se o senhor Presidente da Câmara tivesse remetido à Assembleia Municipal um memorando sobre as reuniões e sobre os desenvolvimentos do processo, talvez alguns destes equívocos tivessem sido desnecessários.

Dada a sensibilidade que todos têm, relativamente àquele espaço, e porque todos querem acompanhar este assunto, pede ao senhor Presidente da Câmara um pequeno memorando informativo.

Ademar Marques (PSD):

Disse que aprecia muito o trabalho do senhor arquiteto Álvaro Siza Vieira, mas recorda que a última vez que ele esteve em Peniche a falar sobre o assunto disse que tinha feito o projeto, mas não concordava nada com a instalação de uma unidade hoteleira na Fortaleza de Peniche, pelo que é bom confirmar se ele quer fazer o projeto.

A reunião foi interrompida, para um intervalo de cinco minutos, a pedido do grupo da Coligação Democrática Unitária.

Reatada a reunião, verificaram-se as seguintes intervenções:

Rogério Cação (CDU):

Disse que haveria condições para a aprovação dos textos das duas moções se estes fossem fundidos, porque são complementares.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não há nada que seja incompatível nas duas propostas, porque elas, de alguma forma, complementam-se, mas são propostas autónomas e não vê necessidade de as estar a fundir agora à pressa. Se, depois, se entender fazer um único texto, que circulará pelas bancadas, para enviar, muito bem, mas acha que podem ser votadas separadamente.

Vítor Mamede (PS):

Disse que podem ser votadas as duas propostas e depois arranjar-se um texto que integre as duas moções.

José Leitão (PSD):

Disse que não tem dificuldade nenhuma em votar as duas moções. Acrescentou que os pontos B e C da moção do Partido Social Democrata consagram as preocupações do senhor Rogério Cação.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que iria submeter as duas moções a votação, em separado, e, se houver condições, far-se-á, depois, um texto único.

Deliberação n.º 21/2016: Submetida a moção apresentada pelo Partido Social Democrata, denominada “Moção de Apoio - Concessão da Fortaleza de Peniche”, a votação nominal, de braço no ar, foi a mesma aprovada pela Assembleia Municipal de Peniche, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (6) e do senhor Rogério Cação (CDU), duas (2) abstenções, das senhoras Arminda Braz (CDU) e Maria Fernanda Correia (CDU), e sete (7) votos contra, dos restantes membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária.

Deliberação n.º 22/2016: Submetida a moção apresentada pelo Partido Socialista, relativa à integração da Fortaleza de Peniche na lista de imóveis a concessionar a investidores privados para fins turísticos, a votação nominal, de braço no ar, foi a mesma aprovada pela Assembleia Municipal de Peniche, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (6) e do senhor Rogério Cação (CDU), quatro (4) abstenções, dos senhores Sérgio Leandro (CDU), Jorge Guerreiro (CDU), Arminda Braz (CDU) e Maria Fernanda Correia (CDU), e cinco (5) votos contra, dos restantes membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino, entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

A propósito das duas moções apresentadas na reunião da Assembleia Municipal de 30 de setembro 2016, a primeira do grupo do Partido Social Democrata e o segunda do grupo do Partido Socialista, decidi apresentar esta declaração de voto, para que fique expressamente claro o sentimento de revolta que senti, primeiro ao saber por um jornal na manhã do dia 29 de setembro da pretensão da Câmara Municipal e do Governo, de entregar a gestão da Fortaleza de Peniche a um grupo privado que ganhe um pretenso concurso para o efeito.

Segundo, por sentir, como referi na discussão deste assunto, que a apresentação destas moções e os argumentos que sustentam a entrega da gestão daquele património local e nacional à gestão privada é a demonstração clara da incapacidade dos autarcas penicheiros para gerir o que deveria ser da nossa responsabilidade.

Independentemente das referências nos programas eleitorais autárquicos que defenderam a possibilidade de instalar no Forte de Peniche uma pousada, é no mínimo aconselhável primeiro proporcionar aos habitantes de Peniche interessados, a forma como essa pretensão deverá ocorrer.

Na presença de uma planta do Forte de Peniche, proporcionando a cada um dos interessados a oportunidade de exprimir a sua opinião e a sua vontade, provavelmente alguns dos que defendem e votaram as moções na Assembleia Municipal, concluiriam da insensatez dos argumentos apresentados.

Por isso defendi e propus a realização de uma reunião da Assembleia Municipal temática para analisarmos com toda a tranquilidade e perante o máximo de informação possível recolher, as possibilidades de utilização e ocupação do Forte de Peniche.

Exprimir como foi feito e continua a ser utilizado como argumentação, de que a entrega da Fortaleza de Peniche, seja de parte ou no seu todo, como em documento algum está garantido, permitiria que aquele património fosse reabilitado “pelos privados”.

Só em si, estas considerações, suportam desde logo três inquietações.

A primeira, o reconhecimento da incompetência quer seja do governo, quer seja da autarquia para zelar pelo que é património público.

Segundo, a falta de vontade política do governo para assumir a reabilitação de tão importante património histórico.

Terceiro, ficará por saber quais os fundos financeiros que sustentariam a reabilitação daquele património? Se não estaríamos mais uma vez perante uma situação de entrega de fundos públicos, nacionais ou europeus, a um qualquer “grupo privado”, para serem bem ou mal utilizados em contrapartida do que a lógica aconselharia. Não seria mais responsável se os mesmos fundos pudessem ser geridos, provavelmente de forma mais racional, por responsáveis da administração nacional em parceria com a administração local? Confesso que não compreendo a falta de vontade em promover a realização de uma reunião temática para analisar este assunto.

Naturalmente que defendo a abertura da discussão deste e de outros assuntos à população de Peniche.

Em tempos, foi aprovado também por unanimidade, um projeto considerado de excelência pelos autarcas votantes, para a “frente” da Fortaleza, o chamado Campo da República. Digo eu hoje, a pressa, a insensatez e a falta de sensibilidade, proporcionaram uma solução que a esmagadora maioria da população de Peniche não se revê, nem nunca aprovou.

É só um exemplo, que poderia ser multiplicável por várias decisões no tempo da democracia, provavelmente porque não se procura incentivar a participação dos cidadãos. Pelo menos dos que gostam de participar e de dar opinião.

Depois, ainda está para provar se a instalação de uma pousada na Fortaleza de Peniche, seria mesmo uma mais valia.

Sendo dos que pensam que o aproveitamento do valor histórico e político do Forte de Peniche seria e será com certeza uma mais valia para o nosso concelho, mais do que não seja porque mais nenhum outro concelho tem a oportunidade de concretizar no seu património a riqueza de retratar a história da resistência de muitos homens e mulheres que estiveram presos naquele local e que lutaram contra um regime repressivo que durou 48 anos.

Peniche, para muitas gerações, foi e é conhecido por ter existido uma tenebrosa prisão política no Forte de Peniche.

Peniche, deveria aproveitar a oportunidade para demonstrar que a sua população não aprovou a existência daquela prisão e foi ela mesma uma vítima dessa situação infeliz.

Peniche, deveria ter como objetivo a instalação de um Museu da Resistência e da história do 25 de Abril que fosse referência nacional e internacional e fosse só por si, uma alavanca para a economia de Peniche.

O que eu sonho para Peniche e o que defendo para a utilização do Forte de Peniche, provavelmente não permitirá margem de manobra para ser instalada uma qualquer pousada.

Eu sonho e defendo um grande e digno Museu da Resistência e do 25 de Abril no Forte de Peniche.

Eu sonho e defendo um grande e digno Museu de Peniche, representativo da nossa história e do nosso Povo. Desde os momentos, onde é possível retratar a história. Da importância da Atouguia da Baleia e do Paço da Serra d'El-Rei e de outros momentos que possamos retratar.

Da importância das pescas, da nossa história, da vinda dos nossos antepassados da Nazaré, do Algarve, das comunidades piscatórias do Norte. Das fábricas de conservas e das operárias conserveiras. Um museu "vivo" da construção naval. O que era a Vila de Peniche, com o seu grande e atribulado Porto de Pesca, o fervilhar da ribeira, os muitos milhares de pessoas e as muitas atividades que se governavam em seu redor. O que era a sociedade de Peniche, o seu concelho. Como se fazia a agricultura de subsistência. Porque e como as nossas antepassadas faziam renda. E tantos, mas tanto se quisermos podemos fazer justiça num grande museu da nossa história.

Eu defendo dois grandes museus na Fortaleza de Peniche.

Dignos e representativos.

Que respeitem o nosso passado, e a nossa história de Peniche.

A história da resistência ao fascismo, do 25 de Abril e até a transição para a democracia.

Eu defendo a democracia e a participação das pessoas nas decisões da comunidade.

Uns dias depois, da realização da Assembleia Municipal, assistindo a um colóquio promovido pela Associação Arméria e pelo Clube Rotary de Peniche, com o apoio da Câmara Municipal, onde foi orador o Professor Dr. Luís Vítor Duarte, o mesmo defendeu e eu subscrevo integralmente, a instalação de um núcleo museológico na Fortaleza de Peniche, demonstrativo da riqueza geológica única, existente no concelho de Peniche. Mais uma e grande oportunidade para Peniche. Por vezes as oportunidades estão ao alcance do nosso olhar, nós ou não as queremos ou não as vemos.

O membro da Assembleia Municipal de Peniche, eleito nas listas da CDU – Coligação Democrática Unitária e Presidente da Junta de Freguesia de Peniche

Henrique Bertino Batista Antunes»

A Assembleia Municipal prosseguiu com a apreciação do ponto destinado à apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Álvaro Amador (CDU):

Disse que:

É sempre um orgulho voltar a Ferrel para mais uma sessão da Assembleia Municipal descentralizada, o que é uma boa prática, iniciada na presidência da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal de Peniche.

Agradecia à Associação Jardim Infantil de Ferrel a cedência do espaço para a realização desta sessão da Assembleia Municipal.

No verão deste ano, houve um número elevadíssimo de turistas no concelho de Peniche e realizaram-se muitos eventos culturais e desportivos em Peniche, o que proporcionou esta mais-valia de turismo no concelho.

Das iniciativas realizadas, realçava a Corrida das Fogueiras e a Corrida das Fogueirinhas, uma grande iniciativa desportiva do concelho que atrai milhares de pessoas; a Mostra Internacional de Rendas de Bilros, que é uma iniciativa com cerca de trinta delegações do continente europeu e, também, da Argentina e da Índia, o que implica a divulgação de Peniche nesses países; a segunda edição do festival Música de Cá, que é uma aposta ganha e dá oportunidade aos músicos de Peniche de mostrarem o que fazem e é uma forma de atrair público a Peniche; o Festival de Folclore do Concelho de Peniche, que teve a participação de quatro ranchos folclóricos, que mostram a vivacidade destas entidades; e a edição do Carnaval de Verão, com milhares de pessoas na rua.

Saúda a Câmara Municipal pela realização da obra na Ponta do Trovão, em Peniche, uma zona que tem vindo a revelar-se um objeto de estudo a nível internacional, mais uma prova da internacionalização do concelho de Peniche.

Saúda as festividades que, por todo o concelho, tiveram lugar durante o verão, nomeadamente a festa de Ferrel, que tem uma projeção que, ano após ano, surpreende; a de Peniche, em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, com novo figurino e conteúdo que voltou a encher o mar de gente; as diversas iniciativas realizadas em Atouguia da Baleia e na Serra d'El-Rei; e outras iniciativas promovidas pelas comissões de festas ao longo de todo o concelho.

Destaca e saúda o Península de Peniche Surf Club pelas iniciativas que teve, não só de mar, mas também em terra, incluindo a prova e mostra de *skate*.

Saúda os três atletas olímpicos, porque não é só falar quando eles vão para as provas, mas é reconhecer, também, o esforço que é feito. Podem não ter conseguido medalhas, mas levaram o nome de Peniche e o prestígio do país além-fronteiras. Espera melhor sorte nos próximos Jogos Olímpicos e nas provas futuras para a Telma Santos, a Victoria Kaminskaya e o Gastão Elias. Não é só pensar nos Jogos Olímpicos quando eles ocorrem, mas é importante não esquecer as bolsas de mérito desportivo, para ajudar a formar novos atletas.

Destaca a iniciativa da Aporvela - Associação Portuguesa de Treino de Vela, que trouxe a caravela *Vera Cruz* a Peniche, por dois dias, e recebeu mil e quinhentos visitantes.

O concelho de Peniche está na moda e quem está por fora repara nisso.

José Leitão (PSD):

Disse que:

A fileira da pesca, infelizmente, apresenta, a nível mundial, um problema que, se calhar, nem todos ainda conseguem ver a sua real gravidade. É um problema que afeta a indústria, o comércio, o emprego e os consumidores e tudo o que for feito para contribuir para a sua minimização é de louvar e de agradecer. Por isso, na pessoa do professor doutor Sérgio Leandro, presente nesta sessão da Assembleia Municipal, quer deixar o seu voto de agradecimento ao aparecimento do livro *Do Mar ao Prato*. Infelizmente não pôde estar presente na sua apresentação, mas não queria deixar de passar em claro esta situação. O seu voto de agradecimento é para a equipa que fez o livro e o voto de parabéns é para a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, por ter uma equipa

tão competente no seu seio.

Hoje em dia, é fundamental que se explique às pessoas, de uma forma muito clara e objetiva, aquilo que o peixe é. É preciso que as pessoas percebam que na situação que se vive já não existem espécies mais comerciais ou menos comerciais, existe ou não existe peixe. É preciso que as pessoas percebam que, para além dos pratos tradicionais, é preciso ter a ousadia de fazer de forma diferente, fazer de maneira que seja possível existir recursos ao longo dos anos, para que quem vem depois de nós tenha recursos.

O problema é grave, à escala mundial, pelo que foi com muito agrado que viu compilar-se num único livro a biologia, a ilustração e a gastronomia, incluindo esta última a ousadia de fazer o não tradicional, ou por outras palavras, reinventar o tradicional.

Agradeceu a toda a equipa, particularmente ao professor doutor Sérgio Leandro, por mais este marco, e parabenizou a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche por ter uma equipa tão competente.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Subscreve o voto de louvor às organizações das festas de verão, nomeadamente a todos os voluntários que, por vezes com muito esforço e sacrifício pessoal, organizam e colaboram nas referidas festas.

Também se tinha preparado para apresentar um voto de louvor pela publicação do livro *Do Mar ao Prato*. De facto, tudo o que foi dito pelo senhor José Leitão é de realçar e a Assembleia Municipal de Peniche deve reconhecer o mérito da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche por aquilo que tem feito, porque tem feito inúmeros trabalhos nesta área, para um melhor conhecimento do mar, da gastronomia associada ao mar e na defesa das espécies marinhas, pelo que é a própria Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche que deve merecer um voto de louvor, particularmente por esta obra, que é excelente, com um grafismo excelente.

É uma obra que alia uma visão biológica, pedagógica e cultural com receitas. É um livro muito apelativo e tem a particularidade de integrar receitas que foram recuperadas do património oral. É um trabalho notável, que deveria estar disponível nos hotéis e nas escolas, para conhecerem melhor a nossa região e saberem do que se está a falar.

Um dos trabalhos de culinária da obra, da autoria da mestre Patrícia Borges, já foi premiado num concurso.

Na pessoa do senhor Sérgio Leandro, saúda a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, particularmente os autores do livro.

Realça a apresentação do livro, efetuada pelo senhor António Catarino, que foi um exemplo de outra visão excelentemente burilada sobre a gastronomia, o mar e a cultura.

Sérgio Leandro (CDU):

Disse que:

O livro *Do Mar ao Prato* é o fruto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche.

É um trabalho de equipa, de investigadores e professores que integram a Escola

Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, e surge da existência de mecanismos de apoio que permitiram a sua concretização.

Em nome do grupo de autores e da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche agradece o voto apresentado.

Este é mais um exemplo da importância da presença do ensino superior, concretamente da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, em Peniche, que tem feito muito, em muito pouco tempo, com poucos recursos, mas com muito empenho dos que integram a escola.

Aproveita para se referir a outro assunto, também relacionado com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, que tem a ver com o facto de o seu edifício, inaugurado em 2007, ir ter condições mais dignas na sua envolvente urbanística. Um trabalho conjunto do Instituto Politécnico de Leiria e o Município de Peniche, o que prova que o trabalho da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche está a ser reconhecido.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que, fazendo da Assembleia Municipal os votos apresentados, os mesmos serão comunicados.

Felicitou o senhor Sérgio Leandro pela publicação do livro *Do Mar ao Prato*.

Sugeriu que, dado o adiantado da hora, fosse feita uma intervenção por bancada, no âmbito do ponto de apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, depois se passasse para o período de intervenção do público, seguindo-se o ponto doze da ordem do dia, que será apresentado pelo senhor professor doutor Jorge António Oliveira Afonso de Carvalho, técnico da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.da, contratada pelo Município para acompanhar os processo de planeamento urbanístico.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, por ele, passava-se de imediato à intervenção do público, seguindo-se o ponto doze da ordem do dia e depois o ponto de apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que que a bancada do Partido Socialista concorda com a proposta, mas não compreendeu a parte da intervenção das bancadas.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que sugeria que se limitasse a uma intervenção por bancada, mas concorda com a proposta do senhor Ademar Marques, pelo que, se todos concordassem, a Assembleia Municipal passaria ao período de intervenção do público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A senhora Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os

esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

EMANUEL NOIVO:

Disse que:

Mora no loteamento dos Arneiros, desde 2004.

Agradece à Câmara Municipal os arranjos que foram efetuados na escola, que foram muito bons.

Recomenda às educadoras e às auxiliares que passem com as crianças pelo interior, porque já está arranjado, e não pelo exterior, para segurança das crianças.

A rua entre a sede da Freguesia, o jardim de infância e a associação cultural está igual desde que ele lá mora, já solicitou diversas intervenções, já falou da situação numa sessão da Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, mas tudo está igual, a passadeira está igual, o caixote do lixo está na passadeira, que mal se vê e não tem rebaixamento para deficientes.

Há um ano que existe um poste partido, já remeteu dois *e-mails*, mas não obteve resposta.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Foi ler a ata da última sessão da Assembleia Municipal realizada em Ferrel, há dois anos e três meses, e o senhor Emanuel Noivo fez uma intervenção em que também elogiou os trabalhos na escola básica e chamou a atenção para este problema da falta de lombas.

Não sabe se o senhor Vice-Presidente da Câmara vai dizer que segunda-feira se farão as lombas, porque, normalmente, nas segundas-feiras a seguir às sessões da Assembleia Municipal, há sempre o milagre da multiplicação da resolução dos problemas, não sabe se se está a antecipar ao senhor Vice-Presidente da Câmara, mas era importante que numa próxima segunda-feira se resolvesse o problema da falta de lombas.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Agradeceu as palavras do senhor Emanuel Noivo.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Agradece, também, as palavras do senhor Emanuel Noivo.

A intervenção realizada na escola vem na linha do que tem sido feito em todo o concelho.

A passadeira para peões já está implantada, mas não foi feito o rebaixamento.

Os contentores de lixo foram deslocados para o lado esquerdo.

O processo da implantação de lombas no concelho não será presente à reunião da Câmara Municipal da próxima segunda-feira, mas irá em próxima segunda-feira.

O INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica tem emitido pareceres negativos à aplicação de lombas no concelho de Peniche, mas a Câmara Municipal deve

tomar uma decisão sobre o assunto.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João (PS):

Disse que:

O senhor Emanuel Noivo expôs uma série de problemas à Assembleia de Freguesia, mas a maioria não eram assuntos das atribuições da Freguesia, mas sim do Município.

Relativamente ao poste partido, a Junta de Freguesia já fez o que tinha a fazer. Já mandou mais do que um *e-mail* para a EDP, mas está na mesma. Este não é o único poste de iluminação pública com problemas, mas todos os problemas são comunicados, periodicamente, pela Junta de Freguesia à EDP.

Não gosta de lombas nas ruas, porque o seu carro não é para andar em cima de lombas, prefere a sinalização de trânsito e as limitações de velocidade.

O contentor do lixo há muito tempo que já não está na passadeira.

Concorda que o acesso à escola seja feito pelo portão lateral.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que a questão de o acesso à escola ser feito pelo portão lateral é pacífica, porque o portão existe, em ambas as escolas, mas a gestão da escola é da responsabilidade da sua coordenadora. Da parte do Município não existe qualquer inconveniente. Vai transmitir a pretensão ao Agrupamento de Escolas de Atougua da Baleia.

Emanuel Noivo:

Disse que é importante passar a informação à coordenadora, e a quem responsável de direito, para que, quando for questionada, não diga que não sabe ou remeta para a direção do Agrupamento de Escolas.

CARLOS MARTINS:

Disse que:

Agradece o projeto de parceria realizado entre o Município de Peniche, a associação Proferrel e a população de Ferrel para aquisição e preparação do terreno para a festa de Ferrel.

A Avenida do Mar, que liga a vila de Ferrel à povoação dos Casais do Baleal, teve uma intervenção, há cerca de oito anos, e ficou com um desnível, relativamente ao passeio, na ordem dos dez a quinze centímetros., não tendo sido, até hoje, esse desnível corrigido.

Sugere a celebração de um novo protocolo entre o Município e a Associação Jardim Infantil de Ferrel para o fornecimento de refeições escolares, uma vez que as refeições fornecidas atualmente na escola não são do agrado dos alunos.

No lado esquerdo da Avenida do Mar, no sentido de Ferrel para os Casais do Baleal, não existe passeio para peões nem uma passadeira para acesso à pista pedonal/ciclovía.

Lamentavelmente, as praias da freguesia de Ferrel foram retiradas do

campeonato do mundo de surf.

Ferrel tem sido limitada nos apoios para o desporto, não havendo futebol para as crianças em Ferrel.

Gostava de ver mais espaços verdes, o Baleal acolhe muito turismo, mas não tem espaços de acolhimento para os turistas, nomeadamente espaços verdes. A zona do Baleal está muito abandonada, com as estradas degradadas e a pista pedonal não tem cor. Não existe respeito pelo turismo, apenas existem *hostels* e residenciais.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, na sessão da Assembleia Municipal realizada em Ferrel, a 26 de junho de 2014, também se referiu às condições da Avenida do Mar, nomeadamente à necessidade de a alargar, asfaltar e marcar, necessidades que persistem.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Agradecia a intervenção do senhor Carlos Martins.

Foi um gosto trabalhar com o senhor Carlos Martins, durante os últimos meses, na preparação da festa de Ferrel.

Felicita toda a comissão da festa de Ferrel.

A aquisição e preparação do terreno para a festa de Ferrel foi um esforço enorme para o Município, do ponto de vista financeiro e logístico, porque outras coisas deixaram de ser feitas para que a obra de preparação do terreno se concretizasse.

Desde o primeiro campeonato do mundo de surf realizado em Peniche, foi criado um local alternativo, que foi o Pico da Mota, o que criou uma confusão, embora positiva. Também o Lagido foi preparado nos dois primeiros anos para receber provas.

Após os dois primeiros anos, a organização alterou o conceito. Este ano, se não houver boas condições na praia de Supertubos, estão preparados outros dois locais alternativos.

Não é por o campeonato do mundo de surf não estar em Ferrel que as pessoas deixam de vir a Ferrel.

Regista a forma excelente como decorreu a colaboração entre o Município e a Associação Jardim Infantil de Ferrel para o fornecimento de refeições escolares. Irá analisar a sugestão do senhor Carlos Martins relativa às refeições escolares.

Cada localidade tem as suas coletividades e cada coletividade tem as suas dinâmicas, o Município apenas acompanha essas dinâmicas, pelo que, se houver a dinâmica de implementar o futebol em alguma das coletividades de Ferrel, o Município acompanhá-la-á, como faz em outras situações.

No quadro da revisão do Plano Diretor Municipal, estão a ser feitos desenvolvimentos para as unidades de execução, que criarão condições para o aparecimento de novos espaços verdes e outras zonas de uso coletivo, como o rossio de Ferrel.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Agradeceu a forma como o senhor Carlos Martins colocou as questões.

Realça o trabalho executado pelo Município na preparação do piso do recinto da festa de Ferrel.

A presidência da Câmara Municipal de Peniche e a Junta de Freguesia de Ferrel acordaram um plano de intervenções prioritárias nas estradas da freguesia, plano que foi cumprido quase na íntegra, faltando alcatroar apenas um ou dois dos arruamentos previstos.

A Avenida do Mar terá de sofrer uma intervenção, para regular e melhorar o piso e fazer as marcações rodoviárias. Existe um plano de pinturas da rede viária, as próximas intervenções serão na estrada entre Ferrel e Atouguia da Baleia, Estrada Marginal Norte, estrada da Carqueja e a estrada entre Ribafria e Paço.

É a primeira vez que é colocada a questão do fornecimento das refeições escolares. Terão de ser analisados diversos aspetos, desde a existência de interessados aos preços a pagar. O Município fornece no primeiro ciclo cento e vinte mil refeições por ano.

Alguns quadrantes referem-se ao assunto surf com gozo, o que é errado, porque é um tema que deve ser olhado de forma frontal e com a correspondência que teve para o desenvolvimento do concelho. Se há freguesia que se pode orgulhar desse desenvolvimento, é a freguesia de Ferrel, nomeadamente o Baleal. O conjunto de investimentos que surgiram na Avenida do Mar marcam a diferença relativamente a este mundial, porque há muito mais vida para além dos dias do mundial.

As escolas de Ferrel e da Serra d'El-Rei são as únicas no concelho que têm um relvado sintético para a prática de desporto. Em Atouguia da Baleia existe um relvado sintético nas instalações do Grupo Desportivo de Atouguiense que, na prática, foi um investimento do Município. A cidade de Peniche tem um relvado sintético no Parque Urbano.

A ciclovia paralela à Avenida do Mar está a sofrer uma intervenção de regularização do piso.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João (PS):

Disse que:

A ciclovia paralela à Avenida do Mar não era para terminar no local onde tem o seu término atualmente, mas sim cem metros mais à frente. Concorde que deveria haver uma passadeira para peões junto ao fim da ciclovia.

Falta colocar quatro centímetros de alcatrão na Avenida do Mar, desde o Casal dos Ninhos até Ferrel.

Como o senhor Vice-Presidente da Câmara disse, falta asfaltar duas das ruas previstas no plano, mas existem outras necessidades, como a Rua Bartolomeu Dias, nos Casais do Baleal.

A ciclovia paralela à Avenida do Mar já está a ser recuperada.

No ano passado, no Baleal, não houve qualquer sinalização do campeonato do mundo de surf, por isso não se deslocou a Peniche para ver as provas.

Não existem em Ferrel mais espaços públicos que possam ser convertidos em jardins.

Os serviços de limpeza do Município pioraram, dizem que é por falta de meios, mas de facto pioraram.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) E PROGRAMA DE AÇÕES ESPECÍFICAS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2016.

Jorge Carvalho, Técnico de Planeamento Urbanístico:

Fez uma apresentação técnica da proposta da Câmara Municipal relativa à Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Programa de Ações Específicas.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Agradeceu a presença do senhor Jorge Carvalho.

Disse que a proposta da Câmara Municipal inclui todos os pontos referidos pelo senhor Jorge Carvalho, nomeadamente a delimitação, as taxas, com majorações e minorações, e a orçamentação de investimento.

Perguntou ao senhor Jorge Carvalho se, no futuro, quando houver mais pormenores sobre esta proposta, como é que os números referidos nesta proposta condicionam futuras decisões da Assembleia Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu a presença do senhor Jorge Carvalho.

Disse que:

É apreciável o trabalho realizado pela equipa do senhor Jorge Carvalho, com esta capacidade de pensar na globalidade o futuro do concelho, em termos de ordenamento. Se tivesse havido esta forma ordenada de fazer as coisas, desde há uns anos, se calhar já haveria muitas coisas feitas.

Gostava de saber o que se está a votar hoje.

A sua interpretação, ao ler o regulamento que foi distribuído aos membros da Assembleia Municipal, era a substituição do que, até agora, estava integrado no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), concretamente as minorações e majorações, para os prédios devolutos e reabilitados, uma reivindicação do Partido Social Democrata, de há muitos anos, e que foi incluída há cerca de quatro anos.

Ouvindo a parte inicial da intervenção do senhor Jorge Carvalho, gostaria de saber se a Assembleia Municipal se está a vincular a todas as propostas apresentadas.

Não conhecia as propostas apresentadas, que não lhe parecem mal, mas julga que é uma matéria de grande complexidade.

Participou nas reuniões de aprovação do regulamento sobre o estacionamento pago, e sabe das dificuldades que houve para definir se uns cento e cinquenta metros de estacionamento de praia eram pagos ou não, pelo que tem dificuldade em estar a antecipar uma série de questões que foram explanadas pelo senhor Jorge Carvalho, que

não conhece e sobre as quais ainda não teve oportunidade de pensar.

Reforça a necessidade de se saber o que está a ser votado.

Henrique Estrelinha (PS):

Agradeceu a presença do senhor Jorge Carvalho.

Disse que:

Parece-lhe que o trabalho desenvolvido pelo senhor Jorge Carvalho e a sua equipa é um bom trabalho e acredita que será para criar uma melhor cidade, mais pedonal e mais atrativa, mas o grupo do Partido Socialista está com alguma dificuldade em debater hoje o documento que está em apreciação.

Se se confirmar que a Assembleia Municipal, ao aprovar o documento que lhe foi apresentado, ficará vinculada a todas as ideias nele contidas, parece-lhe que, antes da sua votação, deverá haver mais uma sessão para debater o assunto.

José Leitão (PSD):

Agradeceu a presença do senhor Jorge Carvalho.

Disse que:

Face à dimensão do trabalho apresentado e face à sua incapacidade e ignorância na matéria, ainda não consegue definir se é um bom trabalho, porque necessita de tempo para ser analisado, mesmo reconhecendo que é um trabalho muito bem estruturado.

É um trabalho que tem problemas de índole fiscal, de mobilidade e de restrição, ou não, à construção.

É um defensor da delimitação da uma área.

A dimensão da responsabilidade que é exigida à Assembleia Municipal no ato de votar o que foi explanado pelo senhor Jorge Carvalho, por si só, deverá inviabilizar que a votação seja feita hoje.

Se a votação for efetuada hoje, ele, com o devido respeito, não participará, porque seria um ato de alta irresponsabilidade, porque o trabalho está muito bem estruturado e merece de todos os membros da Assembleia Municipal uma maior reflexão, para que o ato de votar seja consciente.

Sérgio Leandro (CDU):

Disse que:

Já foi reconhecido o trabalho da equipa do senhor Jorge Carvalho, mas também quer deixar uma palavra de reconhecimento para a equipa dos trabalhadores do Município, que também tiveram um papel extremamente importante no desenho final deste plano.

Muito do trabalho apresentado são ideias que têm vindo a ser amadurecidas no seio do Município, quer pela Câmara Municipal quer pelos técnicos, nomeadamente a marina e a Fortaleza de Peniche.

Gostaria de saber se este é um plano vinculativo ou orientador.

Um grande desafio deste documento é a reabilitação urbana, mais do que o uso do espaço é o modo como vai ser reabilitado o tecido urbano e os imóveis do concelho.

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche tem, atualmente, mil e quatrocentos alunos, e é necessário saber como se vai prever a mobilidades destes alunos, utilizando a intermodalidade de diferentes meios de transporte.

Ademar Marques (PSD):

Disse que quando se referiu à equipa olhou para os nomes que estão no papel, que inclui trabalhadores do Município, pelo que não os excluiu da equipa.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

É com satisfação que faz parte desta equipa.

Quando as coisas correm mal o presidente da câmara é responsabilizado, quando as coisas correm bem o presidente da câmara não é tido nem achado.

A presidência da Câmara Municipal tem vindo a constituir equipas com os recursos humanos do Município que têm tido o apoio de elementos externos.

A bolsa de arrendamento, referida no n.º 3 do ponto 6.2 do documento, será voluntária.

A presidência da Câmara Municipal quer desenvolver áreas de reabilitação urbana para os núcleos centrais de cada uma das povoações, privilegiando as três vilas do concelho.

Jorge Carvalho, Técnico de Planeamento Urbanístico:

Disse que:

Segundo o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal está perante duas coisas individuais, mas que se complementam, a ARU – Área de Reabilitação Urbana e a ORU – Operação de Reabilitação Urbana. A ORU desencadeia-se dentro da ARU.

A referida lei estabelece que a Câmara Municipal delimita a ARU e dispõe de um prazo para definir a ORU, mas também pode fazer a delimitação da ARU e a definição da ORU ao mesmo tempo.

Neste caso, foi feito ao mesmo tempo, por causa do PEDU, que é um instrumento de investimento. Julga que, de facto, a melhor maneira é pensar as coisas em conjunto.

Para que a Câmara Municipal pudesse avançar com o pedido de financiamento tinha de ter uma ARU perspectivada, poderia não estar ainda finalizada, até porque é a Assembleia Municipal que aprova a ARU.

De acordo com a lei, quando a Assembleia Municipal aprova a ARU, aprova também o regime fiscal.

A primeira coisa que se está a pedir à Assembleia Municipal é que aprove a ARU, com o correspondente regime fiscal.

A ORU não pode ser aprovada pela Assembleia Municipal hoje, porque terá de ser sujeita a discussão pública e ao parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.

A ARU será uma norma, para ser aplicada taxativamente, a ORU é um sistema de orientação, que fixa as orientações que a Câmara Municipal tem de seguir.

Ademar Marques (PSD):

Perguntou se o que é proposto à Assembleia Municipal é apenas a aprovação da delimitação e o regime fiscal da ARU ou também a aprovação dos outros componentes que foram apresentadas e estão no documento distribuído aos membros da Assembleia

Municipal. Perguntou, também, se este novo regime fiscal vai substituir as majorações e minorações de IMI que a Assembleia Municipal aplica anual.

Jorge Abrantes, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal:

Disse que regime fiscal da ARU não substitui as majorações e minorações de IMI que se aplicam a todo o concelho.

Jorge Carvalho, Técnico de Planeamento Urbanístico:

Disse que tudo o que fica de fora da ARU fica rigorosamente na mesma e tudo o que está dentro da ARU passa, quando suscitado e cumprindo os requisitos, para o regime fiscal da ARU.

Ademar Marques (PSD):

Disse que a proposta da Câmara Municipal não deve ser votada na reunião de hoje.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que a proposta da Câmara Municipal refere o Programa de Ações Específicas, que inclui a ORU, pelo que tem dúvidas se a Assembleia Municipal ao votar a proposta da Câmara Municipal não está também a votar a ORU.

Sérgio Leandro (CDU):

Disse que, caso a proposta não seja votada hoje, deverá ser votada numa reunião em que o senhor Jorge Carvalho esteja presente, para esclarecer qualquer dúvida que surja.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual a data limite para a votação da proposta.

Jorge Abrantes, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal:

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que existem vários prazos referenciados e explicou cada um deles.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que o desejável era que a Assembleia Municipal aprovasse a ARU durante o mês de outubro, para que tenha eficácia para a análise das candidaturas que serão apresentadas pelo Município ao acordo de parceria Portugal 2020.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Sugeri que fosse agendada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para 21 ou para 28 de outubro, onde, para além da ARU, fossem apreciados outros projetos relacionados com o tema e que estão em andamento.

Ademar Marques (PSD):

Sublinhou a importância de a Assembleia Municipal compreender os anexos da

proposta e o grau de detalhe que implica a sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Corroborou a opinião do senhor Ademar Marques, para que a Assembleia Municipal tome a sua decisão em consciência.

Paulo Balau (PSD):

Disse que:

Parece-lhe que é consensual que, se fosse apenas para aprovar a ARU e o regime fiscal, seria uma votação pacífica, mas há mais, o que gera a dúvida.

Desde o mandato anterior que ele fala da segunda fase da recuperação do fosso das muralhas de Peniche. É um processo que deveria ter sido tratado com a devida antecedência, com participação pública, como o Partido Social Democrata já fez há alguns anos, e agora são confrontados com a aprovação de uma ARU que inclui o fosso das muralhas.

É necessário que haja participação pública no processo da segunda fase da recuperação do fosso das muralhas de Peniche. Os munícipes de Peniche devem dar o seu contributo, dizendo o que querem para aquele espaço, para que não aconteça o que aconteceu no Campo da República.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Lembrou que a Assembleia Municipal já foi informada de que haverá discussão pública, no âmbito da ORU.

Disse que o que a Assembleia Municipal está a pedir é mais informação sobre os projetos que estão adjacentes à ARU.

Paulo Balau (PSD):

Disse que entende que ao aprovar a ARU a Assembleia Municipal está a aprovar as diretrizes para o fosso da muralha.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que é uma proposta que estará sempre sujeita a discussão pública.

Jorge Carvalho, Técnico de Planeamento Urbanístico:

Disse que o documento que foi entregue aos membros da Assembleia Municipal tem seis pontos. A Assembleia Municipal apenas tem de aprovar os pontos dois, três e seis, que é a aprovação da ARU e do seu regime fiscal. Os pontos um, quatro e cinco correspondem à ORU. A Assembleia Municipal não pode aprovar hoje a ORU, porque a lei exige que, antes da Assembleia Municipal aprovar uma ORU, tem de haver discussão pública e audição do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que o que foi submetido à votação da Câmara Municipal foi a ARU e o Programa e Ações Específicas, sendo o Programa e Ações Específicas o ponto cinco do documento que foi entregue aos membros da Assembleia Municipal.

Jorge Carvalho, Técnico de Planeamento Urbanístico:

Disse que, como a Câmara Municipal foi obrigada a concorrer a um processo de financiamento, no uso das suas competências próprias, dentro de um determinado prazo, teve de, previamente, dar um primeiro passo na aprovação da ARU, que continha muito da proposta da ORU.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Vai ver com a equipa técnica como é que vai segmentar a deliberação da Câmara Municipal.

Uma vez aprovada a delimitação da ARU o Município fica em condições de fazer diversas intervenções, nomeadamente no que diz respeito ao fosso da muralha.

Vai despoletar o processo de elaboração do projeto, com base nos contributos da ARU, e que irá ter outros contributos, como a participação pública.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que irá convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal que terá como tema o planeamento urbanístico e onde será apresentada uma informação sobre os planos que estão em curso.

Deliberação n.º 23/2016: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, devolver à Câmara Municipal a proposta relativa à Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Programa de Ações Específicas para esclarecimento.

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

Deliberação n.º 24/2016: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão, com a realização de nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 25/2016: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e trinta e cinco minutos do dia um de outubro, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a primeira reunião da sessão ordinária de setembro de dois mil e dezasseis, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu,

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com a senhora Presidente da Mesa assino.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

A Diretora de Departamento,
